

OPINIÃO

COMPREENENDO O BINÔMIO COMPETITIVIDADE E EQUIDADE NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Adriana Melo Alves¹

O conceito de desenvolvimento tem evoluído bastante, mas ainda é controverso. Passou por uma abordagem básica, essencialmente vinculada à acumulação do capital e à divisão do trabalho, e incorporou a qualificação das relações de produção, a inovação tecnológica, a valorização do empreendedor, a visão relacional da desigualdade, para chegar à importância da inserção do conhecimento tácito ao processo. Mas em quase todas as abordagens prepondera a necessária intervenção estatal em um sistema imperfeito. Em Keynes (1996), o Estado atua como gerador de estímulos e de demandas visando corrigir distorções do sistema e garantir o pleno emprego. Myrdal (1960) defende a participação rigorosa do Estado como ente regulador e promotor do desenvolvimento. E Furtado (2013), por sua vez, também nos chama a atenção para a formulação de uma política de desenvolvimento, que não se implementa sem a tutela de um sistema de poder. Mais recentemente, no âmbito da economia do conhecimento, a ação estatal também se mostra imprescindível: ela garante a inserção competitiva regional na sociedade da informação que tem se construído em escala mundial, sob pena de uma inserção traumática, construída a partir da – cada vez menos desejável, mas cada vez mais visível – fragmentação econômica do território.

A participação do Estado no desenvolvimento vem, portanto, “calibrar para baixo” os níveis exorbitantes de desigualdade que advêm do aprofundamento das relações capitalistas de produção – inevitavelmente. Ao passo que o capitalismo tem como virtude a possibilidade de, com agilidade, propiciar avanços nas capacidades e nas oportunidades humanas a partir do progresso técnico, mostra também um efeito territorialmente e socialmente concentrador. Por esse motivo, a essência do processo de desenvolvimento pode ser captada não apenas a partir da acumulação de capital para geração de riquezas, mas também pela forma ou pelas bases que sustentam esse processo de acumulação, que recursos são ativados, que oportunidades são geradas e quem são os atingidos por esse círculo virtuoso. Em outras palavras, vemos que, à dimensão do crescimento ou “competitividade”, deve-se incorporar a dimensão da coesão ou “equidade”. Essa equidade pode ser social, mas também regional.

1. Especialista em políticas públicas e gestão governamental (EPPGG) em exercício no Ministério da Integração Nacional (MI).

Ela se coaduna com as teorias recentes do desenvolvimento, ao enfatizarem o novo agente principal de todo o processo: a sociedade, que, de força-meio para se atingir o crescimento, passa a ser a finalidade do processo de desenvolvimento.

Considerando então que o desenvolvimento, enquanto conceito, vem apresentar a competitividade e a equidade como dimensões intrínsecas, e que, ao contrário de serem excludentes, complementam-se, as análises relativas ao desenvolvimento regional não podem mais ficar restritas às abordagens tradicionais que enfatizam apenas a competitividade como atributo exclusivo do desenvolvimento dos territórios e das regiões. As famosas teorias da localização e da polarização são exemplos da valorização dessa abordagem. No âmbito do planejamento estatal brasileiro, as proposições de Christaller (1933) e Perroux (1955) ainda são pano de fundo para a elaboração de diversas políticas e planos até os dias de hoje.

Cabe destacar, entretanto, que muitos autores já têm apontado para a superação dessas teorias. As críticas recaem sobre o excessivo otimismo em relação aos efeitos eminentemente positivos que a polarização exerceria. É evidente que a polarização tem efeitos positivos para o desenvolvimento regional, pois provoca a acumulação de capital necessária para a ruptura do processo de estagnação, mas esta dimensão por si só não se mostra suficiente ao longo do tempo para sustentar todo o processo. Em centralidades regionais, ela tende a funcionar como um “buraco negro” de drenagem de capital humano, investimentos, capital financeiro, com efeitos de esvaziamento da área de influência. Outros efeitos negativos podem ainda ser verificados no caso de o “polo” não conseguir alterar a vida econômica e social regional, em função de seus vínculos produtivos não se consolidarem na região, gerando “enclavismos”. Em geral, esses enclaves mantêm seus centros de gestão concentrados nas capitais dos estados que lhes dão suporte, ou ainda no centro de gestão nacional, São Paulo, principalmente quando são viabilizados a partir de investimentos privados. Há ainda os enclaves que abrigam estruturas produtivas de subsidiárias localizadas fora do país. São os enclaves multinacionais, que utilizam pouco a mão de obra local, ou, quando o fazem, delegam a essa mão de obra as atividades mais operacionais. Vemos no território nacional atualmente a proliferação do fenômeno dos enclaves agroindustriais, que não estabelecem relações com o entorno, dispensando a presença de centralidades de suporte à atividade produtiva.

Portanto, ao passo que a polarização setorial e territorial aparece como uma tendência natural no crescimento das regiões, gerando concentração de renda e riqueza, muitas políticas públicas têm seguido a tendência concentradora, com o propósito de maximizar os efeitos do crescimento das atividades motrizes, podendo até mesmo acentuar desigualdades regionais, em vez de atenuá-las. Nesse sentido, cabe pensar novamente o Estado como o ente corretor dessas distorções. Para além do quesito da eficiência voltada para a competitividade que emerge das teorias da localização e polarização, dimensões inerentes ao desenvolvimento regional podem também considerar o dinamismo oriundo dos efeitos da *aglomeração* e da *endogeneização* de uma atividade produtiva. As teorias da aglomeração consideram que a atividade econômica, mas não só ela, pode mobilizar uma série de ativos regionais. Esse processo envolveria não apenas a produção, mas uma série de outras atividades e processos correlatos, que gerariam no território a “efervescência” do dinamismo e a propulsão de novos fluxos de capital financeiro, produtivo e humano. Exemplos podem ser dados nesse sentido, com a atividade produtiva mobilizando outros setores, como o comércio

e os serviços, e gerando outros processos, como a formação de um mercado de consumo, a imigração, a entrada do capital internacional, entre outros. Essa abordagem sistêmica vem conferir ao espaço regional uma *multidimensionalidade intrínseca*, lançando bases para as recentes teorias sobre o desenvolvimento endógeno.

Partindo da compreensão do território como sistema, a endogeneização do desenvolvimento vai além; ela passa pelo fortalecimento de capacidades em territórios e regiões, de forma a prepará-los para a competição internacional e criar novas tecnologias por meio da mobilização ou do desenvolvimento de seus recursos específicos e de suas próprias habilidades. Vemos os *clusters*, os arranjos produtivos locais e os sistemas locais e regionais de inovação como as estratégias mais conhecidas nessa abordagem, e parece-nos mais palpável afirmar que, em meio a essa abordagem, redes de cooperação e complementariedade entre os agentes regionais tendem a constituir-se no território, incluindo segmentos da sociedade até então alheios aos processos econômicos mais amplos. Essa abordagem vem conferir ao território importância vital para a produção e a disseminação do conhecimento. E, em meio ao paradigma recente da “economia do conhecimento”, a importância do território tende a ampliar-se, pois o conhecimento tácito é dependente de atributos territoriais. O aproveitamento da diversidade e das particularidades inerentes ao território, portanto, seriam importantes antídotos contra a desigualdade regional, ao combinar os princípios competitividade e equidade.

REFERÊNCIAS

CHRISTALLER, Walter. **Central places in Southern Germany**. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1933.

FURTADO, Celso. **Essencial**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

KEYNES, John Maynard. **A teoria geral do emprego do juro e da moeda**. 1. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Coleção Os Economistas).

MYRDAL, Gunnar. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro: Textos de Economia Contemporânea, 1960.

PERROUX, François. Note sur la notion de pôle de croissance. **Economie Appliquée**, t. 8, p. 307-302, 1955.

